

Desafios e implicações

■ JOSÉ MANUEL CANAVARRO
DIOGO SIMÕES PEREIRA

No momento em que o primeiro-ministro lança o desafio dos 12 anos de escolaridade obrigatória em Portugal, importa clarificar a base de partida que temos em termos de sucesso escolar e identificar quais os desafios que devemos concretizar para que o investimento se transforme, a prazo, em valor económico e social para todos os portugueses.

A base de partida

A base de partida do sucesso escolar em Portugal pode-se resumir, de um modo muito simples e output driven, através da taxa de retenção e desistência por ciclo de escolaridade, medida nos últimos 10 anos, a partir das estatísticas do Ministério da Educação:

- No 1.º ciclo, baixou de 10,1% para 3,9%% em 2007/2008;
- No 2.º ciclo, baixou de 14,0% para 8,4% em 2007/2008;
- No 3.º ciclo, baixou de 18,7% para 14,7% em

2007/2008;

- No Secundário, baixou de 36,0% para 22,4% em 2007/2008.

No espaço de uma década, como se vê, há uma melhoria clara deste indicador de desempenho do sistema educativo em todos os ciclos. Em particular, nos últimos quatro anos, o enfoque estratégico do Governo no Ensino Secundário permitiu uma evolução histórica de resultados neste ciclo: a taxa de retenção e desistência baixou de 33,0% em 2004/2005 para 22,4% em 2007/2008, após uma série de mais de 10 anos em patamares sistematicamente muito acima dos 30%.

No entanto, se atendermos ao percurso médio dos alunos portugueses ao longo dos actuais 9 anos de escolaridade obrigatória, verificamos que, em 2007/2008 - o melhor ano em termos de resultados -, apenas 45% concluem o 9.º ano sem uma retenção, ou seja, sem uma repetição de ano - um «chumbo», em português corrente.

Estes resultados, mesmo os mais recentes, revelam que o país, mais de 20 anos depois da introdução dos 9 anos de escolaridade obrigatória, ainda não digeriu completamente esse desafio. Este mau desempenho é da responsabilidade de

todos os portugueses, mas com especial destaque para os Pais e os Professores deste país, que não aproveitaram a oportunidade de qualificação dos jovens que a escola pública lhes colocou à disposição. Porque os sucessivos Governos de Portugal investiram sistematicamente mais do que os seus congéneres europeus em percentagem da riqueza criada.

Os desafios

Tomando os 12 anos de escolaridade obrigatória como dado adquirido, acentuam-se os desafios ainda decorrentes dos 9 anos e colocam-se ao país novos desafios.

Os novos desafios são essencialmente dois: o suporte financeiro às famílias mais necessitadas para prolongar por mais 3 anos a escolaridade dos seus filhos, anunciado recentemente, e a consolidação de uma oferta educativa de matriz profissionalizante - qualificadora e certificadora - que atraia os jovens que não queiram *ab initio* prosseguir estudos universitários.

Para cumprimento do primeiro dos desafios, acrescentaríamos que fará sentido uma lógica de prémio aos jovens e às famílias que consigam ultrapassar o patamar dos 12 anos, por exemplo, pela majoração de bolsas para prosseguimento

de estudos no ensino superior ou por maior facilidade no acesso ao micro-crédito para constituição de empresa.

Para cumprimento do segundo desafio, reforçaríamos uma oferta de vertente empresarial, como o actual Sistema de Aprendizagem, não exclusivamente escolar mas já de inserção clara na empresa. Adicionalmente, as empresas deverão assumir um papel muito mais activo na orientação estratégica e gestão das escolas, contribuindo para fazer evoluir o sistema educativo de um modelo push - que empurra para fora o que tem e sabe -, para um modelo pull - que desenvolve os conhecimentos e as competências de que as empresas e a sociedade necessitam. No limite, poderia até fazer sentido considerar a ideia de uma nova rede de escolas em parcerias público-privadas, as Escolas-Empresa, em que a liderança estratégica fosse assumida por empresas e grupos económicos de referência em Portugal.

Mas o desafio mais difícil de cumprir parece ser o que já vem de trás, ou seja, o de reduzir a taxas residuais - e europeias - o fracasso escolar nos 9 anos de escolaridade. É neste ponto que nos deteremos seguidamente.

Quando analisamos o perfil dos alunos que fra-

cassam repetidamente, em particular nos 2.º e 3.º ciclos de escolaridade, podemos destacar dois perfis dominantes: os alunos que «não querem» e os alunos «que querem mas não conseguem».

Os alunos que «não querem» são predominantemente oriundos de famílias com reduzida escolaridade e/ou baixo capital familiar, cuja fraca ou inexistente educação parental não permitiu criar um modelo de valorização de escola, da educação e da qualificação. Estes alunos necessitam de uma compensação adicional feita pela escola. Não tanto em termos pedagógicos, mas sobretudo em termos atitudinais, comportamentais, relacionais e sociais. A resposta da escola pública passa pelo reforço dos modelos de mediação e de capacitação dos alunos e das famílias, com recursos dedicados e uma «rede autónoma».

Os alunos «que querem mas não conseguem» são alunos esforçados, mas que precisam de um apoio adicional temporário ou permanente. Todos conhecemos este tipo de alunos nas classes médias e altas, cujos pais pagam explicações fora do horário escolar e garantem o seu sucesso escolar. Ora, nas classes menos favorecidas, este per-



FOTO DE LUÍS BARRA

fil de alunos também existe, mas a família não tem recursos para as ditas explicações. O modelo actual de aulas de recuperação não parece ser suficiente, pois estes são alunos que, face ao seu atraso na aquisição dos conhecimentos, se inibem em frente aos pares e, em muitos casos, mesmo em frente ao professor da disciplina. Assim, compete à escola pública desenvolver novos modelos de acompanhamento individual destes alunos.

As boas notícias para todos é que existem várias escolas e vários projectos em Portugal que desenvolveram e testaram modelos

para a mediação/capacitação familiar e para o acompanhamento individual de alunos. Divulgar e escalar estas boas práticas é o desafio do Ministério da Educação nos próximos anos. Aproveitar este investimento é a obrigação dos Pais e Professores deste país! ●

**José Manuel Canavarro, pró-reitor da Universidade de Coimbra.*

**Diogo Simões Pereira, director-Geral da Associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social*